



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

**RESOLUÇÃO Nº 36/2025**

*Altera a [Resolução nº 23/2023](#), que unifica o sistema normativo que trata dos cartórios unificados do Fórum Criminal da Capital.*

**O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, e

**CONSIDERANDO** a necessidade de otimização dos serviços judiciários mediante a integração dos cartórios unificados das Varas de Entorpecentes e das Varas Criminais Comuns do Fórum Criminal da Capital;

**CONSIDERANDO** a conveniência administrativa de unificar a gestão dos cartórios especializados em matéria criminal, visando à maior eficiência na prestação jurisdicional;

**CONSIDERANDO** a possibilidade de melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais disponíveis na Comarca da Capital;

**CONSIDERANDO** o constante dos autos do processo nº 012992-04.2025.8.15;

**CONSIDERANDO** que a presente Resolução foi referendada na sessão, pelo Órgão Especial, realizada em 24 de setembro de 2025;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** O Capítulo IV da [Resolução nº 23, de 28 de junho de 2023](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

*CAPÍTULO IV*

*DA UNIFICAÇÃO DOS CARTÓRIOS DAS VARAS CRIMINAIS COMUNS E DAS VARAS DE ENTORPECENTES.*

*Art. 13. Fica implantado, nas Varas Criminais comuns e nas Varas de Entorpecentes do Fórum Criminal Min. Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello, Comarca da Capital, o sistema de cartório unificado, sob a denominação de “Cartório Unificado Criminal da Comarca da Capital”.*

*Art. 14. O Coordenador-geral do Cartório Unificado Criminal regulamentará o seu funcionamento, podendo delegar aos servidores a prática de atos ordinatórios, sem carga decisória, em complementação àqueles previstos no artigo 362 do Código de Normas Judicial da Corregedoria Geral de Justiça do Estado da Paraíba.*

**Art. 2º** Os servidores atualmente lotados no Cartório Unificado das Varas de Entorpecentes da Comarca da Capital passam a integrar o Cartório Unificado Criminal da Comarca da Capital, mantidas suas atribuições e competências.

Parágrafo único. A integração prevista no caput deste artigo não implica alteração nas situações funcionais dos servidores, que continuam a integrar o Banco de Recursos Humanos da Comarca da Capital.

**Art. 3º** As gratificações por desempenho de atividade cartorária atualmente percebidas pelos servidores permanecerão inalteradas, competindo à Presidência do Tribunal de Justiça

deliberar sobre sua concessão, mediante indicação formal do Juiz Coordenador do Cartório Unificado Criminal da Comarca da Capital.

**Art. 4º** O Coordenador-geral do Cartório Unificado Criminal da Comarca da Capital adotará as providências necessárias para a implementação das alterações previstas nesta Resolução, no prazo de 30 (trinta) dias a contar de sua publicação.

**Art. 5º** Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba.

**Art. 6º** Fica revogado o Capítulo II da [Resolução nº 23, de 28 de junho de 2023](#).

**Art. 7º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, datado e assinado eletronicamente.

**Desembargador FREDERICO MARTINHO DA NÓBREGA COUTINHO**  
**Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba**

Este texto não substitui o publicado no Dje em 29.09.2025.